

Estado da arte: análise das pesquisas sobre a gestão da política da educação das relações étnico-raciais (2019-2024)

State of the art: analysis of research on the management of ethnic-racial relations education policy (2019-2024)

Estado del arte: análisis de investigaciones sobre la gestión de la política educativa de relaciones étnico-raciales (2019-2024)

Daniel do Vale Silva¹
Carlos Augusto Sant'Anna Guimarães²

Resumo

Este trabalho analisa a produção acadêmica sobre a gestão da política da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). O estudo tem como objetivo identificar e examinar o desenvolvimento do debate desta temática no contexto educacional brasileiro, no intuito de compreender como as pesquisas têm abordado esta problemática. Para tanto, empregou-se a metodologia de “Estado da Arte” para mapear teses, dissertações e artigos publicados nos últimos cinco anos nas principais plataformas de busca científica. Por meio da sistematização e análise desse corpus bibliográfico, os resultados sugerem que a gestão da ERER enfrenta obstáculos significativos na sua implementação, fomento institucional e continuidade. Observa-se, ainda, ações e projetos individuais que atuam como formas de resistência e sustentação da gestão desta política.

Palavras-chave: Gestão; Política educacional; Educação das relações étnico-raciais; pesquisas; Estado da arte.

Abstract

This study analyzes the academic production concerning the management of the Education for Ethnic-Racial Relations (ERER) policy. It aims to identify and examine the development of the debate surrounding this theme within the Brazilian educational context, seeking to understand how research has addressed the issue. To this end, a state-of-the-art methodology was employed to map theses, dissertations, and scientific articles published over the last five years in major academic databases. Using the systematization and analysis of this bibliographic corpus, the findings suggest that the management of ERER faces significant challenges related to its implementation, institutional support, and continuity. Furthermore, the study highlights the existence of individual initiatives and projects that operate as forms of resistance and support for the management of this policy.

Keywords: Management; Educational policy; Education of ethnic-racial relations; Research; State of the art.

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Recife/PE, Brasil. E-mail: daniellvalepe@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9795-633X>

² Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Recife/PE, Brasil.
E-mail: carlos.santanna@fundaj.gov.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5802-0181>

Resumen

Este trabajo analiza la producción académica sobre la gestión de la política de Educación de las Relaciones Étnico-Raciales (ERER). El estudio tiene como objetivo identificar y examinar el desarrollo del debate sobre esta temática en el contexto educativo brasileño, con el propósito de comprender cómo las investigaciones han abordado esta cuestión. Para ello, se empleó la metodología de “Estado del Arte” para mapear tesis, disertaciones y artículos científicos publicados en los últimos cinco años en las principales bases de datos académicas. A partir de la sistematización y el análisis de este corpus bibliográfico, los resultados sugieren que la gestión de la ERER enfrenta obstáculos significativos en su implementación, fomento institucional y continuidad. Asimismo, el estudio destaca la presencia de acciones y proyectos individuales que actúan como formas de resistencia y sostenimiento de la política.

Palabras clave: Gestión; Política educativa; Educación de las relaciones étnico-raciales; Investigación; Estado del arte.

Introdução

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de compreender como as pesquisas acerca da gestão da política da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) vêm sendo realizadas. O interesse pelo tema surgiu da necessidade de construir um mapeamento das produções acadêmicas na área. Para tanto, elaborou-se um Estado da Arte, a partir do levantamento, organização e sistematização de trabalhos que versam sobre a temática.

O termo gestão emergiu da crítica ao conceito clássico de administração, originalmente utilizado para designar essa função (Chaves et al., 2014). Etimologicamente, a palavra deriva do latim e significa: “levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar” (Cury, 2007, p. 493). Embora ambos os conceitos estejam intimamente relacionados e compartilhem raízes no sistema fabril, eles se distinguem pelo marco histórico e, notadamente, pela forma como são aplicados no cotidiano das organizações contemporâneas.

Quando vinculada estritamente à administração, a gestão educacional tende a reproduzir a lógica do setor industrial capitalista, priorizando o controle de recursos e o planejamento centralizado como objetivo de maximizar a eficácia e eficiência dos processos. Esta perspectiva adota uma postura de neutralidade e linearidade, orientando o processo educativo prioritariamente para o alcance de resultados expressos em termos quantitativos, sem preocupações de natureza qualitativa (Chaves, et. al., 2014).

A partir dos anos de 1970, inicia-se uma crítica à ideia de administração educacional, sobretudo no que tange à ênfase na sua pretensa neutralidade, encetando uma mudança de

concepção teórica do conceito e de compreensão política da ação dos gestores. Neste cenário de transformação conceitual, a ideia de gestão reconhece as disputas e influências que interferem no planejamento e no uso dos recursos. Assim, ambos os termos coexistem e são aplicados em variados contextos, mas o que difere um do outro é o campo de atuação da gestão (Chaves et. al, 2014), no caso específico deste artigo, a gestão da política educacional.

O enfoque deste trabalho concentra-se nos estudos e pesquisas sobre a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), uma conquista relativamente recente, fruto das históricas mobilizações e reivindicações do movimento negro, com contribuições do movimento indígena (Fanelli, 2012). Sua formulação atendeu às demandas históricas de valorização das populações negras na educação, mediante a inclusão da história africana e cultura afro-brasileira e, posteriormente, indígena.

Depois de anos de lutas e mobilizações, a temática foi inserida na agenda governamental, resultando na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), por meio da Lei nº 10.639/2003 (Guimarães, 2020), posteriormente expandida pela Lei nº 11.645/2008, que incorporou a obrigatoriedade da temática indígena.

Após a aprovação desses dispositivos legais, diversas produções normativas e orientativas permearam a estrutura educacional. Todavia, no processo de execução, as persistentes dificuldades de execução evidenciaram que essa política enfrenta muitos obstáculos (Reis; Silva, 2014). Com vistas a superá-los, em 2024, o governo federal elaborou a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, que instituiu medidas para intensificar a implementação da ERER.

Diante desse contexto, este trabalho propõe o seguinte questionamento: como estão sendo desenvolvidas as pesquisas em relação à gestão da política da ERER? Para responder a esta questão, realizou-se um levantamento sistemático de teses, dissertações e artigos nas bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scielo, Portal de Periódicos da Capes, delimitando a busca ao recorte temporal dos últimos cinco anos (2019-2024). A partir deste mapeamento, procura-se compreender como a gestão da política da ERER vem sendo debatida na produção acadêmica recente, identificando os enfoques, desafios e contribuições.

Gestão: baliza conceitual

A Teoria Geral da Administração tem origem funcionalista, formulada no contexto do desenvolvimento capitalista do início do século XX (Chiavenato, 2003). Assim, a administração surge com o propósito de organizar e maximizar o uso racional dos recursos das organizações empresariais.

Por sua vez, a administração educacional e escolar foi, inicialmente, uma transposição da administração empresarial para o campo educacional, incorporando características do setor industrial capitalista. Nessa perspectiva, a ênfase é dada ao planejamento no uso dos recursos organizacionais disponíveis com vistas a aumentar a eficácia e a eficiência³. Esta abordagem enfatiza a neutralidade e linearidade dos processos, independentemente dos contextos sociopolíticos, argumentando que a centralidade da ação reside no alcance dos resultados.

Segundo Lima (2001), a centralidade atribuída à eficácia, eficiência, racionalização e otimização transforma a escola em uma organização orientada por parâmetros administrativos produtivistas, aproximando-a do modelo empresarial. Esse autor argumenta ainda que, sob esta ótica, a gestão escolar valoriza indicadores quantitativos, controle técnico e metas de desempenho, em detrimento das dimensões políticas, democráticas e formativas da educação.

Entretanto, o próprio autor critica essa visão ao ressaltar que, no âmbito educacional, dada a singularidade de sua racionalização, os conceitos de eficácia e eficiência devem se articular às dimensões de quantidade e qualidade. Afinal, conforme argumenta, “não há uma, mas várias eficácias, tantos possivelmente, quantos os modos de racionalidade em presença conflitual” (Lima, 2001, p. 21).

Assim, compreende-se que a gestão escolar não pode ser reduzida a uma lógica técnico-instrumental baseada apenas em desempenho e produtividade, uma vez que a escola e a gestão do sistema educacional são espaços políticos, sociais e culturais atravessados por conflitos, participação, negociações e disputas de poder (Lima, 2001; Libâneo, 2001; Paro, 2003).

Após as críticas, operou-se uma mudança de perspectiva teórico-conceitual. O conceito de gestão educacional apresenta elementos que ultrapassam a concepção de uma

³ Por ser fonte de confusão, é importante distinguir eficácia de eficiência. Conforme Chiavenato (2003, p. 23), eficácia significa “atingir objetivos e resultados. Um trabalho eficaz é proveitoso e bem-sucedido”. Por sua vez, a eficiência diz respeito a “fazer bem e corretamente. O trabalho eficiente é um trabalho bem executado”.

organização composta de pessoas e recursos, sob a liderança de um administrador/gerente ou mesmo uma equipe gestora no topo da estrutura que controla e representa a instituição e toma decisões neutras em nome dos objetivos organizacionais. Esse corpo gestor possui valores, interesses e preferências que influenciam no processo de tomada de decisão e na materialização de práticas institucionais no campo educacional. De acordo com Chaves et al. argumentam que,

A administração/gestão educacional não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas, expressando as contradições sociais e a correlação de forças existentes na sociedade, podendo contribuir tanto para a conservação como para a transformação social. (Chaves et al. 2014, p. 5).

Para essas autoras, a gestão educacional não é algo isolado e neutro, mas sim um processo político-administrativo historicamente situado. A ideia de gestão assume diferentes significados conforme o projeto político adotado. De um lado, a vertente gerencialista submete a educação à lógica de mercado, com foco em resultados quantitativos, e na figura do gestor como único responsável pelos resultados. Por outro lado, a perspectiva democrática defende a autonomia institucional, a participação coletiva nas instâncias decisórias e o respeito à condição de sujeito de todos os envolvidos, na superação do caráter autoritário e supostamente meramente técnico da administração tradicional.

Essa percepção rompe com a suposta neutralidade da gestão educacional ao evidenciar que essa se constitui como um campo de disputas atravessado por múltiplas variáveis, as quais interferem e condicionam a execução de políticas e medidas educacionais. Esta dinâmica repercute nas práticas pedagógicas nas escolas, uma vez que as diretrizes emanadas das Secretarias de Educação podem impulsionar ou dificultar o avanço de pautas sociais emergentes, com as questões de igualdade de raça, gênero, e sexualidade.

Trajetória da política da educação das relações étnico-raciais

A proposição de uma “Educação das Relações Étnico-Raciais” (ERER) é um campo de intervenção educacional relativamente recente no Brasil, com pouco mais de vinte anos. A ERER constitui-se política educacional após a aprovação da Lei n.º 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/1996, complementada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2004). Essas normativas

estabeleceram o suporte institucional para a efetivação da política de Educação das Relações Étnico-Raciais, consoante à ótica de uma educação antirracista, integrando de forma sistêmica a formação docente, o currículo, a gestão escolar e as práticas pedagógicas (Guimarães, 2023).

A construção da EREER remonta às lutas pela redemocratização do país em meados da década de 1970, quando diferentes segmentos da sociedade civil brasileira saíram às ruas clamando por democracia. Nesse clima de ebulição política e social, tivemos como desdobramento e símbolo a Constituição Federal de 1988, que afirmou que a sociedade brasileira é pluriétnica e multicultural. Essa assertiva forneceu os fundamentos constitucionais para a inclusão de políticas de reconhecimento das populações negra e indígenas como efetivas construtoras da nação brasileira, cujos legados cultural e histórico deveriam ser ensinados nas escolas. (Guimarães, 2020).

A gênese da política de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) reside na mobilização do movimento negro, contando, adicionalmente, com contribuições do movimento indígena (Fanelli, 2012). Conforme assevera Santos (2014), a educação figura como elemento central no pensamento intelectual e político negro desde o período pós-abolição, consolidando-se, ao final do século XX, como uma estratégia de resistência e busca por equidade. Essa perspectiva concebe a educação como um instrumento basilar de combate à discriminação racial e à marginalização socioeconômica da população negra, pautando a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo formal. Fanelli (2012) advoga que, paralelamente, o movimento indígena também apresentou propostas de enfrentamento aos estereótipos e à discriminação nas instituições de ensino não indígenas⁴.

Em um contexto marcado por pressões políticas e condições favoráveis à incorporação da pauta racial, destacam-se três eventos fundamentais para o ingresso da Educação das Relações Étnico-Raciais na agenda governamental: a entrada de integrantes do movimento negro no aparato estatal, a realização da Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), nesse mesmo ano, e a participação brasileira na Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a

⁴ As proposições foram formuladas no I Encontro de Educação Escolar Indígena do Mato Grosso (1989), no I Encontro de Professores Indígenas de Rondônia (1990) e no IV Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima (1991). (Fanelli, 2012).

Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001 (Guimarães, 2020).

Esses eventos fomentaram as condições sociais, políticas e institucionais para a recepção e incorporação das proposições relativas à obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, culminando na consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais, via Diretrizes Curriculares Nacionais. Por sua vez, tais processos impulsionaram mudanças na política educacional brasileira, favorecendo a constituição dessa subárea das políticas educacionais.

Adicionalmente, deve-se destacar a aprovação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), em 2024, destinada à promoção de ações, projetos e incentivos voltados ao enfrentamento das desigualdades étnico-raciais na educação, bem como à efetivação de políticas direcionadas à educação escolar quilombola. Nessa política, foram estabelecidos objetivos relacionados à formulação, implementação, monitoramento e fortalecimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER).

Estado da arte: conceitos e procedimentos

Com o intuito de alcançar o objetivo de pesquisa, foi realizado o Estado da Arte das principais produções sobre a Gestão da política da ERER. Esse instrumento metodológico consiste em uma pesquisa sistemática de trabalhos científicos, a partir de um recorte temporal, buscando compreender o desenvolvimento do campo temático de investigação.

A nosso ver, a ideia por trás desses estudos é sua posição no sentido de oferecer subsídios à comunidade de pesquisa de um determinado campo, para que os pesquisadores tenham em mãos informações, dados, análises e sínteses integrativas em relação a diversas variáveis envolvendo a produção acadêmica e científica ao longo do processo de desenvolvimento do campo (Teixeira, 2023, p. 9).

O uso de pesquisas dessa natureza contribui diretamente para o desenvolvimento do conhecimento em uma área. Por essa razão, a elaboração desses estudos fundamenta-se em procedimentos metodológicos específicos, que servem para organizar e dar rigor ao processo de mapeamento da produção científica. Inicialmente, foram realizadas buscas sobre a “gestão

da política de Educação das Relações Étnico-Raciais” nas principais plataformas digitais de teses, dissertações e artigos científicos, tais como o Portal de Periódicos Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), contemplando produções publicadas nos últimos cinco anos (2019–2024). No levantamento nessas plataformas, foram utilizados descritores relacionados ao tema em discussão: gestão; ERER; política pública; implementação; relações raciais; e educação, com o intuito de viabilizar as buscas. Neste processo de busca, observou-se a ausência do termo “gestão educacional” nos títulos dos trabalhos sobre a política da ERER. Contudo, ao analisar os resumos das produções, foram identificados objetivos direcionados à gestão dessa política. Além disso, constatou-se que, em alguns casos, o conceito de gestão foi substituído pelos termos “execução” e “implementação da ERER”.

Na primeira fase do processo de busca, foram identificados setenta e um trabalhos. Após a leitura dos resumos, foram selecionados vinte e oito deles. Conforme aponta Teixeira (2023), os títulos e resumos podem apresentar lacunas quanto às informações sobre a pesquisa propriamente dita, exigindo o aprofundamento da leitura dos textos. A etapa seguinte consistiu no exame dos elementos centrais dos estudos (objetivos, questão de pesquisa, metodologia e resultados), a fim de selecionar aqueles que efetivamente abordavam a gestão da política da ERER. Aplicado este segundo filtro, restaram dezesseis obras. Por fim, os dados das produções acadêmicas foram organizados em planilhas para fins de categorização, classificação e análise. Importante comunicar que, após os crivos, não se elegeu nenhum trabalho produzido em 2024. Portanto, os textos selecionados compreendem efetivamente o período 2019-2023.

Resultados e discussão

Com base nos estudos de Rodrigues, Barbosa e Ribeiro (2022) sobre o mapeamento nacional e internacional de pesquisas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais entre os anos de 1945 e 2019, identificou-se que “a taxa de crescimento anual de pesquisas na área é de 7,43%, sendo que mais de 90% da produção está concentrada após o ano de 1990, ou seja, nos últimos 30 anos”. Além disso, outro dado relevante refere-se às produções sobre ações afirmativas, que se tornaram mais expressivas entre 2012 e 2014.

A partir desses dados, foram realizadas prospecções nas principais plataformas acadêmicas, resultando na identificação de dezesseis pesquisas relacionadas à condução institucional da EREER nos últimos cinco anos (2019–2024), sendo três (3) teses, dez (10) dissertações e três (3) artigos (Quadro 1). Apesar da quantidade expressiva de trabalhos relacionados à EREER identificados no levantamento inicial, observou-se que, após o recorte temático voltado aos estudos que abordam a gestão dessa política, esse número diminuiu consideravelmente.

Quadro 1.0 - Pesquisas sobre a gestão da Educação das Relações Étnico-raciais (2019-2024)

Tipo e título do trabalho	Autores(as)	Ano de publicação
Tese - Políticas públicas para educação das relações étnico-raciais em Feira de Santana- Bahia (2006-2016)	Almeida, Lívia Jessica Messias de	2019
Dissertação - Educação e relações étnico-raciais em Mato Grosso: processos de implementação da lei 10.639/2003 na fronteira oeste	Nascimento, Gleici Simone Faneli do	2019
Dissertação - Diversidade cultural nas políticas públicas: uma análise das leis 10.639/03 e 11.645/08 /	Silva, Marcos Antônio Batista da Ribeiro, Maria Sílvia	2019
Dissertação - Relações étnico-raciais e educação: políticas antirracistas no município de Cariacica-ES	Oliveira, Thaynara Silva	2019
Tese - A lei 10.639 na secretaria de estado da educação do Maranhão: uma análise das condições institucionais para sua efetivação	Santos, Richard Christian Pinto dos	2020
Artigo - Limitações da política educacional antirracista implementada pela divisão étnico-racial da secretaria municipal de educação de Macapá-AP	Gomes, Cleidiane Colins Videira, Piedade Lino	2020
Artigo - Indicadores de verificação e a educação das relações étnico-raciais: o monitoramento da efetivação da lei de diretrizes e bases da educação nacional no ensino público do estado do Paraná	Silva, Wilker Solidade da	2020
Artigo - Das mobilizações à política de educação das relações étnico-raciais	Guimarães, Carlos Augusto Sant'anna	2020
Dissertação - Sentidos e discursos da política curricular para a educação das relações étnico- raciais na educação básica na rede municipal de Brumado no período de 2012-2020	Silva, Ana Cristina dos Santos	2021
Dissertação - Educação das relações étnico-raciais: avanços e retrocessos no período 2015-2018	Silva, Cleidislene Conceição	2021
Dissertação - A formação continuada de professores (as) e a educação das relações étnico-raciais: os docentes da REE/MG e a implementação da lei no 10.639/2003 na região dos inconfindentes	Pimentel, Jhaynara Bitencourt	2021
Dissertação - Educação para as Relações Étnico-Raciais no Distrito Federal: a implementação do Artigo 26-A da	Gomes, Danielle Soares	2022

LDB		
Dissertação - A equipe multidisciplinar do colégio estadual Tatuquara: uma análise em políticas públicas e relações étnico-raciais	Carlos, Maristela	2022
Dissertação - A implementação da lei 10.639/03 na rede pública municipal de São Paulo (2013-2019): compreensão e adesão dos professores que atuam no ensino fundamental	Cardoso, Eduardo	2023
Dissertação - Os avanços e as barreiras para a implementação da EREER: análise de documentos da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul	Aguiar, Laura Da Silva de	2023
Dissertação - Educação antirracista: análises a partir da implementação da lei 10.639/03	Nascimento, Michele Dos Passos	2023

Fonte: elaborada pelos autores (2025)

As pesquisas analisadas voltam-se à compreensão da EREER como campo de intervenção educacional. No entanto, nota-se a ausência do termo gestão em seus títulos. Apesar disso, eles se debruçam sobre a atuação das instâncias institucionais (secretarias, coordenadorias, diretorias) na execução da diretriz da EREER. Além disso, observou-se que seis pesquisas (Nascimento, 2019; Pimental, 2021; Gomes, 2022; Cardoso, 2023; Aguiar, 2023 e Nascimento, 2023) empregaram, em seus títulos, o termo implementação para se referir à materialização da EREER nos sistemas de ensino.

Outro aspecto observado nos títulos foi a presença ou ausência de referências explícitas à legislação. Cinco estudos citam a Lei nº 10.639/2003, um deles faz menção direta ao Art. 26-A da LDB, outro indica a Lei nº 11.645/2008. Essa distinção atravessa os estudos analisados, sobretudo aqueles voltados à condução institucional das diretrizes relacionadas à história e cultura afro-brasileira e africana, quer seja nas secretarias estaduais, quer seja nas municipais. Nesses estudos, a questão indígena foi secundarizada. Percebeu-se uma dificuldade mais acentuada na abordagem acerca dos povos originários, fato que enfraquece, de certa medida, a institucionalização da EREER.

No que se refere às demais produções, seis delas empregam a nomenclatura “Educação das Relações Étnico-Raciais”; dois utilizam “educação das relações raciais”; e apenas um adota “política educacional antirracista”. Visto que esses títulos podem conter informações limitadas sobre o conteúdo abordado, por essa razão, foram esquadrihados os objetivos dos trabalhos para compreender o objeto de investigação de cada trabalho (tabela 1).

Tabela 1.0 - Distribuição dos trabalhos segundo o nível administrativo (2019-2024)

Nível administrativo	Quantidade
Nacional	3
Estadual	7
Municipal	6
Total de trabalhos	16

Fonte: elaborada pelos autores (2025)

Com base na análise dessa literatura, as atuações na esfera estadual apresentaram uma sutil diferença em comparação às da municipal, ao passo que o recorte nacional obteve menor expressividade. Nesta última escala, os trabalhos analisam as atuações e transformações ocorridas na política de EREER a partir das gestões do governo federal. As pesquisas voltadas às secretarias estaduais e municipais analisam a condução administrativa da EREER e seus desdobramentos no chão da escola.

As pesquisas centradas na esfera federal examinam as transformações institucionais da EREER no âmbito das políticas educacionais nacionais. Notou-se o emprego de revisões bibliográficas e análise documental para compreender o contexto histórico-político das transformações na política da Educação das Relações Étnico-Raciais. Guimarães (2020) aborda a trajetória da política da EREER sob a ótica das políticas públicas. Esse autor reconstitui o percurso desde as mobilizações do movimento negro até a inserção da temática na agenda governamental. Silva e Ribeiro (2019) discutem o progresso alcançado por esses movimentos a partir das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Por sua vez, Silva (2021) examina os ganhos e perdas da área entre 2015 e 2018, período caracterizado como de retrocesso institucional.

No que tange aos estudos centrados nas instâncias subnacionais, a produção pode ser classificada em dois níveis (estadual e municipal) e seus respectivos desdobramentos (gestão central ou unidades escolares). No primeiro grupo, voltado à análise das secretarias estaduais, enquadram-se dois trabalhos: Gomes (2022) e Santos (2020). Quanto ao subtipo correspondente, que averigua a execução da política no cotidiano das escolas estaduais, foram identificadas cinco obras: Nascimento (2019), Pimentel (2021), Aguiar (2023), Carlos (2022) e Silva (2020). Na escala municipal, três pesquisas examinam o gerenciamento em seu nível central (Oliveira, 2019; Gomes e Videira, 2020; Silva, 2021), enquanto outras três (Almeida, 2019; Nascimento, 2023; Cardoso, 2023) dedicam-se à execução no ambiente escolar. O quadro 2 sintetiza o descrito neste parágrafo.

Quadro 2.0 - Distribuição dos estudos por instância subnacional e nível de atuação

Instância	Gestão Central (Secretaria)	Unidade Escolar
Estadual	2	5
Municipal	3	3

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

De modo geral, os estudos convergem ao indicar que a condução institucional da ERER permanece fragilizada. Embora existam diretrizes formalmente instituídas nas secretarias de educação, predominam iniciativas descontínuas, baixa articulação administrativa e limitada sustentação institucional. Os entraves identificados relacionam-se à ausência de formação continuada, à predominância de projetos pontuais e ao reduzido apoio institucional. Conforme afirma Gomes:

Constatou-se que o artigo 26-A é implementado, mas não consegue avançar devido a fatores como: constantes mudanças administrativas, falta de recursos financeiros, equipe técnica insuficiente, contexto político refratário aos temas relacionados às diversidades. Muitas ações são realizadas na base do voluntarismo e do Ativismo Institucional de professoras/es e gestoras/es. (Gomes, 2022. p. 6).

Embora se trate de um caso específico, esses desafios assemelham-se aos identificados nas demais pesquisas sobre o tema. Esses obstáculos comprometem a capacidade institucional das secretarias, favorecendo iniciativas isoladas e descontínuas. Outro aspecto relevante refere-se à diferença entre a efetivação da política e sua gestão, pois, mesmo com a existência de documentos fundamentados na política de ERER, são necessários incentivos para a organização de recursos. Entretanto, esse processo é influenciado pelas articulações políticas presentes na instituição. Entre os treze trabalhos sobre o gerenciamento das políticas nas instâncias subnacionais, todos eles indicaram algum tipo de entrave, destacando-se a falta de compromisso nos planos de governo, fenômeno denominado por Almeida (2019) como “política da ineficiência”.

Além das dificuldades no processo de gestão da política de ERER, foram identificadas possibilidades decorrentes de ações de resistência frente aos desafios da gestão, denominadas por Almeida (2019) como “políticas de resistência”. Entre as experiências identificadas, destacam-se a incidência política do movimento negro junto às secretarias de educação (Santos, 2020; Aguiar, 2023); a autonomia de docentes, gestores(as) e demais profissionais da

educação nas secretarias; e a promoção de práticas articuladas por ativistas e universidades. Ademais, foi constatada uma experiência exitosa de atuação da secretaria por meio das equipes multidisciplinares criadas para a efetivação da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas estaduais do Paraná (Carlos, 2022).

Diante dos desafios apontados pelas pesquisas, observa-se que a gestão educacional sofre influências do cenário político; na EREER, essa situação é agravada pelo histórico de desigualdades no país. Todavia, as mudanças ocorridas entre os anos de 2024 e 2025 oferecem caminhos para a resolução desses problemas, impulsionados pela Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

Considerações finais

À guisa de conclusão, é imperativo retomar a trajetória que marca a transição da administração para a gestão educacional no Brasil. A gestão, diferentemente da administração, pressupõe a educação como um campo de disputa política e ética, onde o ato de gerir não é um mero exercício de transposição de normas, mas um processo que rompe com a visão de neutralidade técnica, pela hierarquia rígida e por uma eficiência instrumental. A emergência do conceito de gestão rompe com essa lógica. Assim, a gestão educacional não é aqui compreendida como atividade técnico-burocrática, mas prática político-social atravessada por disputas, interesses e relações de poder.

No caso da EREER, a sua gestão exige superar a herança da administração burocrática, que, muitas vezes, se omite sob o manto da tecnicidade e neutralidade, para assumir uma gestão política engajada, capaz de institucionalizar práticas que, até então, sobrevivem por meio dos ativismos solitários ou de pequenos grupos isolados.

A análise da literatura sinaliza que a gestão das políticas educacionais ultrapassa uma compreensão meramente técnico-administrativa, corroborando a perspectiva teórica discutida na seção inicial deste artigo, segundo a qual a gestão educacional é um campo atravessado por disputas políticas, institucionais e ideológicas.

Destacamos que a relação entre o conceito de gestão educacional e os resultados obtidos neste estudo sugere que, embora a teoria tenha evoluído para uma perspectiva mais

política e democrática, a prática nas secretarias de educação ainda enfrenta barreiras que remetem a modelos administrativos ainda avessos à participação.

Os resultados obtidos neste trabalho evidenciaram que a maior parte das pesquisas recentes sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais concentra-se na atuação das secretarias municipais e estaduais de educação, especialmente nos processos de implementação e condução institucional da política. Embora o volume de estudos sobre gestão ainda seja reduzido, os resultados evidenciam obstáculos como fragilidade institucional, escassez de recursos, falta de formação e descontinuidade administrativa. Notou-se ainda a predominância da temática afro-brasileira em detrimento da indígena.

Metodologicamente, o estudo limitou-se ao período de 2019 a 2024, excluindo contribuições históricas essenciais. A busca pode ter omitido pesquisas relevantes que discutem a execução da política sem utilizar explicitamente o termo “gestão educacional”. Além disso, o foco em bases acadêmicas indexadas restringiu o corpus a dissertações, teses e artigos, deixando de fora livros, capítulos de livros, relatórios técnicos e documentos institucionais fundamentais para uma compreensão mais ampla da gestão da EREER.

Apesar das limitações, as pesquisas sugerem que o fortalecimento da EREER ocorre por meio do engajamento de profissionais da educação, movimentos sociais e universidades. As experiências destacam a importância da articulação entre formação continuada, planejamento institucional, financiamento e participação coletiva para a consolidação da política. Os resultados também indicam a necessidade de ampliação de estudos empíricos sobre a gestão da EREER nas secretarias de educação, especialmente acerca do monitoramento e continuidade das ações. Por fim, a execução da PNEERQ surge como vetor para novas investigações sobre os efeitos das estratégias federais na institucionalização da EREER nos sistemas públicos de ensino.

Os resultados evidenciam que a efetivação da EREER não depende exclusivamente da existência de marcos legais ou diretrizes curriculares, mas da capacidade das secretarias de educação em institucionalizar ações de formação, financiamento, monitoramento e avaliação. As dificuldades recorrentes identificadas nas pesquisas sugerem que a condução da política é condicionada pelas prioridades políticas das gestões governamentais e pelas correlações de força presentes nos sistemas educacionais. Ao mesmo tempo, as experiências de resistência sinalizam que a gestão educacional também é um espaço de tensionamento e transformação, reafirmando seu caráter político e não neutro.

Por fim, mas não menos importante, como sugestão para uma agenda de pesquisas futuras, indica-se a necessidade de desenvolvimento de estudos empíricos e etnográficos voltados ao cotidiano das Secretarias de Educação. Também se mostra relevante investigar os fluxos de financiamento para a EREER, a existência, composição técnica e o papel das equipes gestoras responsáveis pela implementação dessa política, as estratégias de formação continuada, e os mecanismos de monitoramento e avaliação nos níveis municipal e estadual. Tais estudos poderão desvelar como a “política da ineficiência” se manifesta nas burocracias estatais, permitindo o desenvolvimento de modelos de gestão que superem o voluntarismo e consolidem a educação antirracista como uma política de Estado indissociável da gestão educacional brasileira.

Referências

AGUIAR, Laura da S. **Avanços e barreiras para implementação da EREER na Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul: análise documental com foco no componente curricular Biologia**. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/273185>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ALMEIDA, Livia J. M. de. **Políticas públicas para educação das relações étnico-raciais em Feira de Santana - Bahia (2006-2016)**. 2019. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/11835>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 21 jan. 2025

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Ministério da Educação**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial**

da União, Brasília-DF, 10 mar. 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em : 22 de jan. de 2025.

CARDOSO, Eduardo. **A implementação da lei 10.639/03 na rede pública municipal de São Paulo (2013-2019)**: compreensão e adesão dos professores que atuam no Ensino Fundamental. 2023. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo, 2023. Disponível em: <https://sucupira.legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14555598#>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CARLOS, Maristela. **A equipe multidisciplinar do colégio estadual Tatuquara**: uma análise em políticas públicas e relações étnico-raciais. 2022. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/80791>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

CHAVES, Vera Lúcia J.; GUTIERRES, Dalva V. G.; MENDES, Odete C.; RIBEIRO, M^a Edilene. Gestão da Educação - uma revisão conceitual na perspectiva de análise do Plano de Ações Articuladas - PAR. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. Porto - Portugal. **Cadernos ANPAE - Gestão e Avaliação da Educação Básica**. Recife - PE. v. 01. p. 01-15, 2014. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/VeraLuciaJacobChaves_GT1_integral.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7^a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CURY, Carlos Roberto J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 23, n. 3, 2011. DOI: 10.21573/vol23n32007.19144. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: 18 jan. 2025.

FANNELI, Giovana de C. R. A lei 11.645/08: história e mudança curricular. In: Encontro Estadual de História da ANPUH, 2018, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: UNIFESP, 2018. Disponível em: <https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1533001207_ARQUIVO_A_Lei_11645_Giovana_Cassia_Ramos_Fanelli.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GOMES, Danielle S. **Educação para as relações étnico-raciais no Distrito Federal**: a implementação do artigo 26-a da LDB. 2022. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <<http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/46314>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GOMES, Cleidiane C.; VIDEIRA, Piedade L. **Limitações da política educacional antirracista implementada pela Divisão Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação de Macapá-AP**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 17, e18432, p. 1-19, 2022. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Guimarães, Carlos Augusto S. Apontamentos históricos da formação do campo interdisciplinar da educação para relações étnico-raciais (ERER). In: Guimarães, Carlos A. S. *O campo interdisciplinar da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na educação brasileira: desenvolvimento, tensões e formação. Relatório de pesquisa*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2023. Impresso.

GUIMARÃES, Carlos Augusto S. Das Mobilizações à Política de Educação das Relações Étnico-raciais. **Interritórios**, Pernambuco, V.6 N.12, p.65-92.2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/248990/37140>>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. – Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica** – São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Gleici S. F. do. **Educação e relações étnico-raciais em Mato Grosso: processos de implementação da lei 10.639/2003 na fronteira Oeste**. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres, 2019. Disponível em: <<https://cms.unemat.br/download/documentos/bloco-documento-arquivo/Ifyv0N0eiXw19SyhYqrSk98T6JNBElczMIYRiZiq/Aluna-Gleici-Simone-Faneli-do-Nascimento-Titulo-Educacao-e-Relacoes-Etnicos-Raciais-em-Mato-Grosso-Processos-de-Implementacao-da-Lei-106392003-na-Fronteira-Oeste.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2025.

NASCIMENTO, Michele dos P. **Educação antirracista: análises a partir da implementação da lei 10.639/03**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2024. Disponível em: <<https://www.btdt.ueg.br/handle/tede/1453#preview-link0>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

OLIVEIRA, Thaynara S. **Relações Étnico-Raciais e Educação: políticas antirracistas no município de Cariacica**. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <https://btdt.ibict.br/vufind/Record/UFES_00027bc5eaa2912b99f4a3cda85eac7c>. Acesso em: 5 jan. 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 12ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTEL, Jhaynara B. **A formação continuada de professores(as) e a educação das relações étnico-raciais: os docentes da REE/MG e a implementação da lei n.º 10.639/2003 na região dos inconfidentes**. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade

Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021. Disponível em:
<<https://www.repositorio.ufop.br/items/de7219bd-1461-4e00-9b1f-7791412847db>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

RODRIGUES, Leandra A. M. S.; BARBARA, Mayara L. de O.; RIBEIRO, Cristiane M^a. Mapeando a Pesquisa em Educação das Relações Étnico-Raciais. **Caderno de Pesquisa**, v.52. São Paulo, 2022. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/cp/a/PydYSVHnz3g88S6MrkfLR8F/>>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SANTOS, Sales A. dos. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

SANTOS, Richard C. P. dos. **A lei 10.639 na secretaria de estado da educação do Maranhão: uma análise das condições institucionais para sua efetivação**. 2020. 161 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9322102>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SILVA, Ana C. dos S. **Sentidos e discursos da política curricular para a educação das relações étnico-raciais na educação básica na rede municipal de Brumado no período de 2012-2020**. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10474935>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Cleidislene C. **Educação das relações étnico-raciais: avanços e retrocessos no período 2015-2018**. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2021. Disponível em:
<<https://dspace.uniube.br:8443/handle/123456789/2251>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Marcos A. B. da; RIBEIRO, M^a S. Diversidade cultural nas políticas públicas: uma análise das Leis 10.639/03 e 11.645/08. **Revista Exitus (edição especial)**. Santarém/PA. vol. X, N^o X. p. 77 - 101, 2019. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2237-94602019000500077&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SILVA, Wilker. Solidariedade da. **Indicadores de verificação e a educação das relações étnico-raciais: o monitoramento da efetivação da lei de diretrizes e bases da educação nacional no ensino público do estado do Paraná**. 2020. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em:
<<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69835>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

REIS, M^a da Conceição dos; SILVA, Auxiliadora M^a Martins da. A lei n.º 10.639/2003 nas escolas pernambucanas: políticas e práticas curriculares para sua implementação. Reunião Nacional da ANPED, 37, 2015, Florianópolis, SC. **Anais**. Florianópolis SC, 2015. p. 1-17.

Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-3994.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

TEIXEIRA, Paulo M. M. Estados da Arte: aparando arestas na compreensão dessa modalidade de pesquisa. **Ciência & Educação**. Bauru, v.29, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320230034>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

Recebido: março/2025.
Revisões requeridas: abril/2026.
Publicado: maio/2026.